



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5286/989/18
Poder	LEGISLATIVO
Município	São Caetano do Sul
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
Período	06/2018
Relator	Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora	02ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável	ECLERSON PIO MIELO
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	161.649.218-05
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 4.807.963,75
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 9.918,92
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 5.696.539,74
(=) Liquidez do Período	R\$ -898.494,91
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 25.201.341,66
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 24.302.846,75
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0,00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 52,26%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 25.201.341,72
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 2.856.773,78
Despesas com folha de pagamento	R\$ 14.534.635,87
Despesa com folha/Transferências realizadas	52,26%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 874.163.484,17
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 881.584.107,92

Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.139.407,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,13%
Apuração do limite (com CIP)	0,13%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,13%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	158825
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 874.163.484,17
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 881.584.107,92
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 52.895.046,47
Total de Despesas do exercício	R\$ 23.243.062,85
Percentual Apurado (sem CIP)	2,66%
Percentual Apurado (com CIP)	2,64%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,64%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/09/2018

Hora da Geração: 21:06:39